

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2015/2016

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS001345/2015  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 14/07/2015  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR035244/2015  
NÚMERO DO PROCESSO: 46218.012081/2015-31  
DATA DO PROTOCOLO: 09/07/2015

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS INDS DE OLARIA E DE CERAMICA P/CONSTR RGS, CNPJ n. 87.183.182/0001-61, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). GUILHERME GUIMARAES;

FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 92.953.983/0001-07, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). LINDOMAR DOS SANTOS;

E

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE ESTEIO, CNPJ n. 91.099.556/0001-32, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE SIRLON OLIVEIRA RIBEIRO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos trabalhadores nas indústrias da construção e do mobiliário**, com abrangência territorial em **Esteio/RS e Sapucaia do Sul/RS**.

### Salários, Reajustes e Pagamento

#### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

A partir de 1º maio de 2015, fica assegurado a todos os trabalhadores da categoria os seguintes Salários Normativos:

a) **PISO SERVENTE: R\$ 948,20** (novecentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), **até 30 de setembro de 2015**.

b) **PISO SERVENTE: R\$ 1.007,00** (um mil e sete reais) , **a partir de 01 de outubro**

**de 2015.**

c) *PROFISSIONAL*: R\$ 1.204,50 um mil, duzentos e quatro reais e cinquenta centavos), **a partir de 1º de maio de 2015.**

**Parágrafo Primeiro:** Para os efeitos desta cláusula, consideram-se *PROFISSIONAIS*: Mecânicos, eletricitas, operadores de máquinas automotoras (trator, pá-carregadeira e similares), o responsável pelo cozimento (queimador) e controlador do equipamento de secagem.

**Parágrafo Segundo:** A partir de 1º de junho de 2015, inclusive, o salário normativo sujeitar-se-á aos mesmos reajustes salariais que a categoria profissional conveniente obtiver.

#### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

As empresas integrantes da categoria econômica, a partir de 1º de maio de 2015 concederão um reajuste salarial **de 9% (nove por cento)** a incidir sobre o salário de 1º de maio de 2014.

**Parágrafo Primeiro:** Na hipótese de empregado admitido após 1º de maio de 2014, o reajuste previsto no caput desta cláusula, será calculado de forma proporcional para preservar a hierarquia salarial, ou seja, 1/12(um doze avos), por mês de serviço ou fração superior a 15 (quinze) dias.

**Parágrafo Segundo:** Serão compensados todos os aumentos, adiantamentos ou abonos concedidos após 1º de maio de 2014, ressalvas as hipóteses previstas no item XXI, da Instrução Normativa 04/93 do Tribunal Superior do Trabalho.

#### **Descontos Salariais**

#### **CLÁUSULA QUINTA - DESCONTO EM FOLHA**

As empresas ficam autorizadas a promoverem descontos em folha de pagamento de seus empregados, quando expressamente autorizadas e quando se referirem a associações, clubes, cooperativas, seguros, convênio com farmácias, clínicas, hospitais, funerárias, supermercados, lojas, compras no próprio estabelecimento, inclusive ferragens e utensílios de trabalho, não devolvidos, transporte e alimentação, empréstimos.

**Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

#### **CLÁUSULA SEXTA - ENVELOPES DE PAGAMENTO**

As empresas fornecerão os envelopes de pagamento dos salários ou similares com identificação das parcelas pagas e dos descontos efetuados.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Adicional de Tempo de Serviço**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - QUINQUÊNIO**

As empresas concederão um adicional de 4% (quatro por cento) a título de quinquênio a incidir sobre o salário contratual, para cada 5 (cinco) anos de serviços contínuos prestados ao mesmo empregador.

**Parágrafo Único:** Será considerado também serviço contínuo, o período anterior quando o empregado for readmitido no prazo de 180 (cento e oitenta dias) do desligamento.

#### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA CESTA BÁSICA**

As empresas fornecerão, gratuitamente, uma cesta básica, no período entre agosto e dezembro/2015, conforme melhor conveniência do empregador, beneficiando a todos os trabalhadores que estiverem vinculados à empresa naquele mês. A cesta básica será do tipo Econômica, a qual será constituída no mínimo dos seguintes itens:

2 Kg Arroz Branco T1

2 Kg Açúcar Refinado

1 Kg Massa c/ovos Espaguete

500g Massa c/ovos Parafuso

900 ml Óleo Soja Pet

2 Kg Feijão Preto T1

2 Kg Farinha de Trigo Especial

400g Biscoito água e sal

400g Biscoito Sortido

1 Kg Farinha de Milho

400g Achatado em pó

350g Extrato de Tomate

1 Kg Café em Pó a vácuo

400g Doce em massa goiaba

200g Ervilha em lata

**Parágrafo Primeiro:** A empresa poderá fornecer a cesta básica em espécie, observando-se, para tanto, o valor limite de R\$ 94,00 (noventa e quatro reais).

**Parágrafo Segundo:** A empresa poderá antecipar o fornecimento da cesta básica. De qualquer sorte, os reais titulares do direito são todos os trabalhadores que estiverem vinculados à empresa no mês de dezembro de 2015, portanto, se houverem novas admissões após o mês de antecipação, a empresa deverá repassar a cesta também para estes trabalhadores admitidos até dezembro de 2015, inclusive.

**Parágrafo Terceiro:** Na hipótese de descumprimento desta cláusula, fica estipulada uma multa em valor não inferior a 10% DO MAIOR SALÁRIO NORMATIVO DA CATEGORIA PROFISSIONAL, para cada trabalhador atingido, mantida a obrigação do fornecimento da cesta básica prevista no *caput* desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** A cesta básica, prevista nesta cláusula, não terá qualquer conotação de natureza salarial, portanto, não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos.

#### **CLÁUSULA NONA - DA CESTA BÁSICA- ASSIDUIDADE**

As empresas fornecerão, duas cestas básicas durante o período de vigência da presente Convenção, sendo a primeira no período entre 1º de julho de 2015 e 31 de outubro de 2015 e a segunda no período de 1º de janeiro de 2016 e 30 de abril de 2016, conforme melhor conveniência do empregador, beneficiando a todos os trabalhadores que estiverem vinculados à empresa entre 1º de maio de 2015 e 1º de janeiro de 2016 e desde que o trabalhador não tenha faltado ao emprego em mais de 04 (quatro) dias no referido período. A cesta básica será do tipo Econômica, a qual será constituída no mínimo dos seguintes itens:

2 Kg Arroz Branco T1  
2 Kg Açúcar Refinado  
1 Kg Massa c/ovos Espaguete  
500g Massa c/ovos Parafuso  
900 ml Óleo Soja Pet  
2 Kg Feijão Preto T1  
2 Kg Farinha de Trigo Especial  
400g Biscoito água e sal  
400g Biscoito Sortido  
1 Kg Farinha de Milho  
400g Achocolatado em pó  
350g Extrato de Tomate  
1 Kg Café em Pó a vácuo  
400g Doce em massa goiaba  
200g Ervilha em lata

**Parágrafo Primeiro:**A empresa poderá fornecer a cesta básica em espécie, observando-se, para tanto, o valor limite de R\$ 94,00 (noventa e quatro reais).

**Parágrafo Segundo:**A cesta básica, prevista nesta cláusula, não terá qualquer conotação de natureza salarial, portanto, não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos.

#### **Auxílio Educação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - AUXÍLIO EDUCAÇÃO**

As empresas pagarão um auxílio-escolar no valor de 50% (cinquenta por cento) do salário normativo, em duas parcelas iguais de 25% (vinte e cinco por cento), nos meses de julho de 2015 e março de 2016, para o empregado que provar matrícula regular e frequência normal

em escola de primeiro, segundo ou terceiro grau.

**Parágrafo Único:** Se o empregado não for estudante terá direito ao auxílio escolar referido no "caput" desta cláusula, desde que comprove ter 1 (um) filho de até 18 (dezoito) anos de idade, matriculado nas condições acima estabelecidas.

#### **Seguro de Vida**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO**

As empresas contratarão em favor de seus empregados seguro de vida em grupo, por morte natural, acidental ou invalidez permanente, decorrente de acidente pessoal, no limite mínimo de R\$ 8.124,45 (oito mil cento e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos), por empregado.

#### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

##### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ATESTADO MÉDICO DEMISSIONAL**

O exame médico demissional deverá ser realizado até a data da homologação da rescisão contratual, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado a mais de: a) um (01) ano, para as empresas de grau de risco 1 e 2; b) 180 (cento e oitenta) dias, para as empresas de grau de risco 3 ou 4 (Quadro I da NR-4).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO**

Por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do tempo de vigência, as empresas fornecerão ao respectivo empregado a segunda via ou cópia do recibo de quitação.

##### **Aviso Prévio**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO DE DEMISSÃO**

No curso do aviso prévio dado pelo empregador, se o empregado comprovar a obtenção de novo emprego, a empresa deverá dispensá-lo do cumprimento do restante do prazo do aviso prévio, desobrigando-se, contudo, do pagamento daquele período não trabalhado.

##### **Contrato a Tempo Parcial**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO**

As empresas poderão acordar com o Sindicato profissional a contratação de trabalhadores, mediante contrato por tempo determinado criado pela Lei 9.601/98, ajustadas as condições para tanto.

**Parágrafo Primeiro:** O acordo a que se refere o caput reger-se-á pelas normas aplicáveis ao acordo coletivo de trabalho constantes dos artigos 611 e seguintes de CLT.

**Parágrafo Segundo:** Quando da assinatura do contrato de trabalho por prazo determinado as empresas fornecerão ao respectivo empregado, a segunda via ou cópia do contrato assinado.

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Estabilidade Mãe**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ESTABILIDADE GESTANTE**

As empresas garantirão estabilidade provisória à gestante desde a confirmação da gravidez até 5(cinco) meses após o parto.

## **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMPENSAÇÃO SEMANAL DE HORAS**

Nos termos do inciso XIII do art.7º da Constituição Federal, as empresas, respeitado o número de horas de trabalho contratual semanal, poderão ultrapassar a duração normal da jornada de trabalho, até o máximo legal permitido, visando a compensação das horas de trabalho suprimidas em outros dias da semana, sem que este acréscimo diário seja considerado como trabalho extraordinário.

**Parágrafo Único:** Uma vez estabelecido o regime de compensação as empresas somente poderão alterá-lo com a expressa concordância dos empregados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMPENSAÇÃO DE HORAS**

Sempre que ocorrer a hipótese de 1 (um) dia útil entre feriados e /ou dias de repouso, as empresas ficam autorizadas a promover a compensação das horas de trabalho desse dia em outras datas, de acordo com a conveniência do serviço.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - BANCO DE HORAS**

As empresas poderão, mediante acordo coletivo de trabalho com o Sindicato profissional, implantar o banco de horas, pelo qual, o excesso ou redução de horas trabalhadas em um dia seja compensado pela diminuição ou acréscimo de horas de trabalho em outro dia, respeitadas as disposições da Lei 9.601/98.

**Parágrafo Único:** As condições para a implantação do banco de horas de que trata o caput, serão fixadas no acordo coletivo de trabalho, desde que não contrarie o disposto na Lei 9.601/98.

### **Intervalos para Descanso**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - INTERVALOS PARA DESCANSO**

Convencionam as partes que o intervalo destinado a repouso e alimentação, a que se refere o artigo 71 da CLT, poderá ser majorado além do limite máximo permitido, desde que respeitada a jornada de 08 horas/dia e 44 horas semanais, observando a hora relógio, e haja concordância expressa do trabalhador.

### **Faltas**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO FALTAS EMPREGADOS ESTUDANTES**

As empresas abonarão as faltas aos empregados estudantes nos dias de realização de provas escolares, no turno em que as mesmas ocorrerem, desde que regularmente matriculados em escolas oficiais ou reconhecidas, mediante comunicação ao empregador com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e comprovação posterior dentro de 48 (quarenta e oito) horas, quando as provas se realizarem dentro do horário de trabalho.

### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

#### **Aceitação de Atestados Médicos**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

Enquanto vigorar convênio com o INSS, as empresas reconhecerão a validade aos atestados médicos e odontológicos fornecidos pelos profissionais contratados pela entidade sindical dos trabalhadores, sujeitos porém, a rubrica da empresa ou da entidade conveniada, se houver.

### **Relações Sindicais**

#### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas designarão local acessível aos empregados para fixação de convocações ou avisos assinados pelo Presidente da entidade sindical conveniente.

### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - COMPROVAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

As empresas se obrigam a comprovar o pagamento das contribuições e dos recolhimentos dos valores devidos por força da Assembléia Geral Anual, por ocasião das homologações das rescisões contratuais, junto ao Sindicato suscitante. A comprovação da regularidade relativa aquelas obrigações junto ao Sindicato suscitado somente se fará mediante a exibição de certidão negativa de débito expedida pelo Sindicato Patronal ora acordante.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS**

As empresas observando o estabelecido na Assembléia Geral dos Trabalhadores descontarão dos empregados, integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato, sócios ou não da entidade, beneficiados ou não pelo acordo coletivo, a importância equivalente a 24 (vinte e quatro) horas anuais do salário já corrigido, em 04 (quatro) parcelas iguais de 06(seis) horas cada, nos meses de agosto e outubro/2015 e janeiro e abril/2016.

§ 1º O não recolhimento dos valores, implicará em uma multa de 30% sobre o valor devido, sem prejuízo dos juros e correção até o efetivo.

§ 2º O trabalhador poderá opor-se ao desconto, desde que, nos dez dias anteriores ao primeiro desconto, compareça no Sindicato para manifestar por expresse sua oposição e fundamentos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - MULTAS**

O recolhimento fora dos prazos estabelecidos nas cláusulas anteriores está sujeito à multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde que não atendida a exigência das entidades sindicais convenientes conforme o caso, no prazo de 3 (três) dias.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

As indústrias de Olaria e de Cerâmica para Construção recolherão ao respectivo Sindicato Patronal conveniente, às próprias expensas, contribuições mensais, iguais e consecutivas vencendo-se a primeira em 30 (trinta) dias após o arquivamento da Convenção na Delegação

Regional do Trabalho, a quantia de:

- a) R\$ 90,00 para as empresas com 01 a 02 empregados, em parcela única;
- b) R\$ 180,00 para as empresas com 03 a 05 empregados, em 2 (duas) parcelas de R\$ 90,00;
- c) R\$ 360,00 para as empresas com 06 a 10 empregados, em 3 (três) parcelas de R\$ 120,00;
- d) R\$ 540,00 para as empresas com 11 a 30 empregados, em 4 (quatro) parcelas de R\$ 135,00;
- e) R\$ 900,00 para as empresas acima de 30 empregados, em 5 (cinco) parcelas de R\$ 180,00.

**Parágrafo Único:** Para fins de comprovação do número de empregados, as empresas deverão enviar, obrigatoriamente, cópia do CAGED- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, ao Sindicato Patronal.

### **Disposições Gerais**

#### **Aplicação do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FORMA**

Este instrumento decorre de negociação coletiva entabulada entre o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE ESTEIO e o SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE OLARIA E DE CÉRÂMICA PARA CONSTRUÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, sendo que a FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL assina o presente instrumento apenas como mero assistente do Sindicato Patronal.

### **Outras Disposições**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - FORMA**

Este instrumento é lavrado por meio do Sistema Mediador do MTE, e o protocolo do requerimento de registro, assinado pelas partes signatárias, será depositado na DRT/RS, tendo as cópias extraídas pelo Sistema Mediador plena validade legal.

**GUILHERME GUIMARAES**

Procurador

**SINDICATO DAS INDS DE OLARIA E DE CERAMICA P/CONSTR RGS**

**LINDOMAR DOS SANTOS**

Procurador

FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

JOSE SIRLON OLIVEIRA RIBEIRO

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E DO  
MOBILIARIO DE ESTEIO